

Organizadores:

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Diálogos sobre a Ditadura

Série
Território
Científico

SER
TÃO
CULT

Organizadores:

Antonio Jerfson Lins de Freitas

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Diálogos sobre a Ditadura



Sobral-CE

2021



Diálogos sobre a Ditadura

© 2021 copyright by Editora Sertãoocult
Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de História

Carlos Augusto Pereira dos Santos
Francisco Dênis Melo
Geranilde Costa e Silva
Gilberto Gilvan Souza Oliveira
Tito Barros Leal de Pontes Medeiros
Valeria Aparecida Alves
Raimundo Alves de Araújo
Antonio Iramar Miranda Barros
Camila Teixeira Amaral
Telma Bessa Sales
Juliana Magalhães Linhares
Cicero João da Costa Filho
Regina Celi Fonseca Raick
Andréia Rodrigues de Andrade

Revisão

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catálogo

Leolgh Lima da Silva - CRB3/967

D536 Diálogos sobre a ditadura. / Antonio Jerfson Lins de Freitas,
João Teófilo, Viviane Prado Bezerra. (Organizadores.). –
Sobral, CE: Sertão Cult, 2021.

244p.

ISBN: 978-65-87429-89-2 - e-book - pdf

ISBN: 978-65-87429-90-8 - papel

Doi: 10.35260/87429892-2021

1. Ditadura- Brasil. 2. Fontes históricas. 3. História-
Passado. 4. Pesquisa histórica. I. Freitas, Antonio
Jerfson Lins de. II. Teófilo, João. III. Bezerra,
Viviane Prado. IV. Título.

CDD 981.063
907.2



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

Organizadores

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2007) e em História - Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará - UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA (2019). Está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

João Teófilo

Mestre em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e doutorando em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde também atua como pesquisador do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP). Foi pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da FGV-SP. Suas pesquisas concentram-se em questões relacionadas ao golpe de 1964 e à ditadura militar, abordando temas como cultura política, imprensa, memória e Justiça de Transição. Foi um dos organizadores da coletânea “A ditadura civil- militar em Sobral: aliança, ‘subversão’ e repressão” (2017) e é autor do livro “Nem tudo era censura: imprensa, Ceará e ditadura militar” (2019).

Viviane Prado Bezerra

Professora Assistente do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (Dinter UFF/URCA). Mestra em História Social pela Universidade Federal do Ceará - UFC. Graduada em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Está vinculada ao Grupo de Estudos e Pesquisas de História Oral do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA, atuando nos campos de pesquisa de História Social, com ênfase em Movimentos Sociais, Camponeses, História das Mulheres, História Oral e História da Educação.

Os entrevistadores

Alexander da Silva Braz é graduado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), mestrando em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e integra, também, o Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Política e Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Ana Marília Carneiro é pós-doutoranda em História pelo programa CAPES Print/UFMG. É doutora e mestre em História pela UFMG e pesquisadora do Laboratório de História do Tempo Presente da UFMG (LHTP/UFMG) e da HuManas: pesquisadoras em rede.

Carolina Maria Abreu Maciel é doutoranda em História pela Universidade Federal do Ceará (UFC), onde pesquisa a formação da Juventude integrante da Pastoral da Juventude do Meio Popular, entre as décadas de 1980 e 1990. É licenciada em história pela mesma instituição e mestre pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Entre os anos de 2010 a 2012 estagiou na Associação 64/68 - Anistia. Desde 2012 é pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas História e Documento: Reflexões sobre fontes históricas - GEPHD. Em 2019, passou a integrar o Grupo de Estudos e pesquisas de História e Gênero. Entre os anos de 2013 e 2014 foi membro da Comissão Interinstitucional da Verdade das Universidades Públicas UFC/UECE.

Edilberto Florêncio dos Santos é Mestre em História e Culturas pela Universidade Estadual do Ceará-UECE. Especialista em Ensino de História do Ceará e em Gestão Cultural Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Professor Efetivo da Rede Municipal de Educação de Sobral-CE e professor substituto do Curso de História da UVA. É Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio e Memória da Universidade Federal do Ceará-UFC e do Grupo de Estudo e Pesquisa História, Cidades e outras Artes-UVA.

Gilberto Gilvan Souza Oliveira é doutorando em História Social (PPGH-UFC), é mestre e graduado em História pela Universidade Federal do Ceará. Atuou como educador no núcleo educativo do Museu do Ceará (2013-2014). Atualmente é professor temporário do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (Sobral/CE) e desenvolve pesquisas em torno da história do livro, da leitura e da produção editorial.

José Valdenir Rabelo Filho é Mestre em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: regimes autoritários, memória, história oral e ensino de história.

Jucelio Regis da Costa é graduado em História pela Universidade Estadual do Ceará (2010). Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará - UFC (2015). Doutorando em História, vinculado à linha de pesquisa Relações de Poder, Linguagem e História Intelectual, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Docente da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos - FAFIDAM, campus da Universidade Estadual do Ceará - UECE, na cidade de Limoeiro do Norte, no setor Metodologias de Ensino de História e Geografia, História da Educação Geral e Brasileira; Legislação e Organização da Educação Brasileira. Atuou como professor formador e tutor no Curso de História na modalidade EaD, pela UECE. Desenvolve estudos sobre imprensa, ditadura civil-militar e sociedade; História e Memória da Ditadura Brasileira. Atualmente leciona no setor de ensino de História e Geografia, em Iguatu-CE, na FECLI/UECE.

Lucas Pedretti Lima é doutorando em Sociologia no Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ). Mestre em História Social da Cultura (2018) e graduado em História (2015) pela PUC-Rio. Integra o Núcleo de Memória e Direitos Humanos do Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE/UFRJ). Foi pesquisador do Instituto de Estudos de Religião (ISER). Foi estagiário da Comissão Estadual da Verdade do Rio, sendo efetivado como assessor em julho de 2015. Foi assessor da Coordenadoria Estadual por Memória e Verdade de janeiro de 2016 a agosto de 2017. Colaborou com o projeto de pesquisa “Políticas Públicas de Memória para o Estado do Rio de Janeiro: pesquisas e ferramentas para a não-repetição”, do Núcleo de Direitos Humanos da PUC-Rio.

Marina Mesquita Camisasca é doutoranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com mestrado (2009) e graduação (2005) na mesma instituição. É pesquisadora do Núcleo de História Oral (NHO) e do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP), ambos da UFMG. Possui experiência em história institucional e empresarial trabalhando na redação e editoração de livros, organização de arquivos, centros de memória e exposições. Realiza pesquisa na área de História Agrária, História do Brasil Republicano e História da Ditadura Militar.

Rafael Júnior dos Santos é graduado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2016), mestre em História Social pela Universidade Federal do Ceará (2019). Atualmente é professor efetivo da Rede Municipal de Sobral. Participou do Programa de Educação Tutorial-PET (MEC/SeSu) de 2013 a 2016. Pesquisador do Grupo de Pesquisa História e Cultura Política, da Universidade Estadual Vale do Acaraú-UVA. Participa do Grupo de Pesquisa História e documentos: reflexões sobre fontes históricas, da Universidade Federal do Ceará-UFC. Tem experiência de pesquisa na área de História, com ênfase em História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura política, memória, discurso, Ditadura.

Telma Bessa Sales é graduada em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1997), com mestrado (2000) e doutorado (2006) em História pela mesma instituição e pós doutorado na Universidade de Évora - Portugal (2015). Tem experiência na área de História, com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Brasil, experiências sociais, memória, cultura, história oral e reestruturação produtiva. Fez estágio na Universidade La Sapienza (Roma) sob orientação do professor Alessandro Portelli. É membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios no Ceará (ICOMOS-CE) e professora adjunta do curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) desde 2011, onde é líder do Grupo de Pesquisa de História Oral.

Vera Lúcia Silva é doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e tem mestrado em História pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). É bolsista da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Publicou, junta a Ana Selma Silva de Aguiar, o livro “Um oásis dos menos favorecidos da sorte”: a experiência do Serviço de Promoção Humana (SPH), Camocim-CE, 1962-1979.

Prefácio

Nas duas últimas décadas, aumentou consideravelmente o número de pesquisas sobre o período autoritário de duas décadas iniciado como o Golpe de 1964, no qual os militares estiveram no centro e no controle do poder político no Brasil. Além desse crescimento, houve um notável alargamento do conjunto de temas investigados. Novas abordagens, novos objetos e novos problemas somaram-se aos trabalhos mais antigos, marcados principalmente pela busca de se compreender a dinâmica política do período. Em particular, destaca-se a preocupação em integrar uma dimensão cultural ao acervo anterior de pesquisas.

Falta ainda, contudo, refletir mais sobre esse conjunto de estudos, num exercício de auto reflexividade da parte da própria comunidade de pesquisadores. Este livro vem, em boa hora, contribuir para reduzir esse déficit. Destaco três de suas qualidades. Uma, de não restringir a seleção dos entrevistados a pesquisadores do triângulo Rio – São Paulo – Belo Horizonte. Outra, a de incluir pessoas de diferentes gerações acadêmicas. Finalmente, o foco nas trajetórias de pesquisa dos entrevistados, com suas opções, apostas e acasos.

Aparecem, ao longo das entrevistas, importantes reflexões sobre diferentes dimensões desse conjunto de experiências de pesquisa. Elas vão desde a natureza das fontes disponíveis, incluindo questões relacionadas ao seu acesso, até discussões mais gerais sobre conceitos utilizados na análise, passando pelas configurações mutáveis da memória sobre o período. Ganham também destaque, nas entrevistas, os desafios de se fazer uma história tanto do “tempo presente” quanto uma “história pública”, imersas nos debates contemporâneos. Tudo isso, num terreno minado pela

“pós-verdade”, pelas *fake news*, por negacionismos de várias ordens e pela dinâmica vertiginosa das redes sociais.

Mais do que a narrativa de produtos acabados de diferentes pesquisas, que aparecem melhor em livros e artigos acadêmicos, pode-se nessas entrevistas acompanhar o processo de “artesanato intelectual” em ação, de que fala Wright Mills. Nesse sentido, o livro certamente servirá de inspiração a jovens pesquisadores que se dedicam (ou que se dedicarão) ao tema.

Celso Castro

Professor, FGV CPDOC

A série Território Científico

O ato da escrita é um ato solitário, mas antes dele se concretizar, o autor precisa colecionar experiências, conhecimento, compartilhar ideias, trocar vivências com outras pessoas, ouvir novas histórias, enfim, ser impactado pelo convívio social, por aquilo que só é possível ser construído coletivamente.

E é exatamente a capacidade de nos conectarmos fisicamente que, embora já viesse sofrendo declínio nos últimos anos, foi mais afetada pelo atual cenário de pandemia no qual estamos inseridos. A Covid-19, além de uma ameaça real à vida das pessoas, levou ao extremo o processo de distanciamento que já experimentávamos. Ficar longe deixou de ser apenas um reflexo da rotina acelerada destas primeiras décadas do novo milênio. Graças ao vírus, tornou-se questão de sobrevivência.

O isolamento atingiu todos os aspectos da vida humana, e a produção do conhecimento científico não foi menos afetada, ainda mais em um país no qual atualmente essa produção já vinha sendo alvo de constantes ataques e aqueles que se dedicam a ela são encarados quase como inimigos do Estado. Nesse cenário, torna-se mais do que pertinente, mas necessário que todos aqueles que acreditam na educação, na ciência, no conhecimento se unam e abracem projetos que busquem aproximar essa produção e o público em geral.

Assim nasceu o *Território Científico*, uma iniciativa que visa não apenas aproximar renomados pesquisadores das mais diversas áreas do conhecimento entre si, mas possibilitar que compartilhem suas trajetórias, dificuldades e experiências com aqueles que escolherem seguir seus passos.

Com isso em mente, a *Editores SertãoCult* apresentou aos membros de seu conselho editorial a proposta de juntos promovermos uma série de

diálogos com pesquisadores que são referência em suas áreas de atuação, nos quais fazem um pequeno apanhado de suas trajetórias. Cada conjunto de diálogos ao final são transcritos e editados, compondo livros distribuídos gratuitamente no formato digital e oferecidos à venda em formato físico.

A série tem início com este volume, dedicado a um tema tão relevante, especialmente em nossa atual conjuntura político-social: a ditadura civil-militar. Nessa perspectiva, onze grandes historiadores que se dedicam a esta temática nos honraram ao aceitar contribuir com este projeto, dialogando com outros historiadores igualmente talentosos, nos brindando, nas próximas páginas, com uma verdadeira aula de como pesquisar um período tão sensível da história brasileira.

Não poderíamos estar mais orgulhosos do resultado deste esforço conjunto, que nos estimula a seguirmos empenhados em nossa defesa incondicional da ciência.

Obrigado a todos que ajudaram neste primeiro passo da *Série Território Científico*!

Que venham os próximos volumes!

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antonio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

Apresentação

A temática da ditadura militar brasileira passou por importante expansão nos últimos anos em relação às pesquisas desenvolvidas. É certo que por longo tempo ficou restrita a outras áreas, como a sociologia e a ciência política, e apenas posteriormente os historiadores resolveram tomá-lo como objeto de estudo. Há algumas razões para isso, dentre as quais destacamos certa resistência na área de história em pesquisar temas próximos a nós no tempo, além da dificuldade de acesso às fontes. Atualmente, esse cenário é diferente: a história do tempo presente/história recente é uma área em expansão no Brasil e muitos fundos documentais ligados ao Estado repressivo, por exemplo, estão acessíveis aos pesquisadores, alguns dos quais ainda pouco explorados.

Iniciar uma nova pesquisa representa grande desafio, sobretudo para aqueles iniciantes que, ao final de seus cursos de graduação, precisam encontrar um tema/objeto que venha a se transformar em suas monografias, em seus trabalhos de conclusão de curso. Logo, muitas são as dúvidas e inseguranças. Saber por onde começar é uma questão difícil; após começar, as dúvidas continuam ao longo da pesquisa. É algo intrínseco ao processo e, claro, também faz parte da vida de pesquisadores mais experientes.

O contato com a obra de historiadores e historiadoras que pesquisam ditadura nos põe diante de um universo complexo que ainda tem muito para ser estudado, apesar dos avanços recentes. Ocorre que nem sempre o percurso de pesquisa está visível nesses trabalhos. E mais: as questões que antecedem a produção desses estudos, mas também que acompanham a escrita, nem sempre estão perceptíveis. A menos que conversemos com essas pessoas, ficará difícil saber detalhes do que poderíamos chamar de bastidores da pesquisa ou *behind the scenes*.

Este trabalho que agora apresentamos, através de entrevistas com historiadores e historiadoras, traz vários elementos desses bastidores e nos põe em contato com seres humanos, de carne e osso, que tiveram suas inquietações, dúvidas, mostrando que seus caminhos quase nunca são lineares. Eles nos põem em contato também com seus processos de formação e com as questões que permearam suas principais pesquisas. Trata-se de material de grande utilidade, que poderá servir de inspiração, de guia, para aqueles que desejam iniciar na área ou melhor conhecer suas especificidades.

Na escolha dos convidados, preocupou-nos não apenas selecionar pesquisadores com trajetórias e formações diferenciadas - de modo a incorporar ao trabalho experiências que, fugindo dos meios tradicionais de atuação, contemplam o uso de novas ferramentas para a produção e divulgação do conhecimento histórico, a exemplo da Internet. Mas, buscamos diversificar, dentro das possibilidades, seus lugares de atuação, contemplando profissionais de outras regiões do país que não apenas o Sudeste. Além disso, e não menos importante, buscamos elaborar um trabalho equilibrado do ponto de vista de gênero, pois sabemos das invisibilidades que também estão presentes no mundo acadêmico, nem sempre dando a devida atenção que merece ter as pesquisas feitas por mulheres.

Juntou-se a nós nesta empreitada um time de entrevistadores cuja escolha também se pautou pelas questões anteriormente colocadas. Conhecedor dos trabalhos e trajetórias de seus entrevistados, esse time contemplou nas perguntas questões essenciais que ajudam a evidenciar os propósitos deste projeto, abordando temas de pesquisa, mas também trajetórias, uma vez que essas duas dimensões guardam entre si grande proximidade, havendo, em alguns casos, uma mútua influência. Noutras palavras, entrevistadores e entrevistados trilharam um caminho que mostra ao leitor que as escolhas de temas e objetos de pesquisa também derivam de histórias de vida, sendo um processo permeado por subjetividades, por questões pessoais.

Diante do contexto de produção deste livro, marcado por discursos que buscam negar ou relativizar a ditadura militar, entendemos que o conhecimento histórico é importante antídoto. Esperamos, pois, que nosso esforço possa servir de inspiração para trazer para nosso campo de atuação novos nomes. E mais: que aqueles que tenham interesse no tema, mas sem ne-

cessariamente desejar ingressar na área, possam vislumbrar que a construção do conhecimento histórico é baseada em método, em erudição, em consulta a fontes, em crítica documental. O historiador trilha com seriedade um longo caminho até chegar às suas conclusões. Pode parecer óbvio, mas não custa reforçar: história não é opinião.

Ao encerrar esta apresentação, não poderíamos deixar de agradecer a todos aqueles que tornaram este projeto possível, em especial nossas entrevistadoras, entrevistadores, entrevistadas e entrevistados, e à Editora SertãoCult, que fez o convite e nos confiou a importante missão de tornar real algo dessa magnitude.

Jerfson Lins

João Teófilo

Viviane Prado Bezerra

Organizadores

Sumário

Ana Rita Fonteles Duarte.....	18	Doi: 10.35260/87429892p.18-37.2021
Carlos Fico.....	38	Doi: 10.35260/87429892p.38-57.2021
Caroline Bauer.....	58	Doi: 10.35260/87429892p.58-80.2021
Aírton de Farias.....	82	Doi: 10.35260/87429892p.81-102.2021
Edvanir Maia da Silveira.....	104	Doi: 10.35260/87429892p.104-126.2021
Marcos Napolitano.....	128	Doi: 10.35260/87429892p.128-142.2021
Samantha Viz Quadrat.....	144	Doi: 10.35260/87429892p.144-165.2021
Paulo César Gomes.....	166	Doi: 10.35260/87429892p.166-181.2021
Sônia Maria de Meneses Silva.....	182	Doi: 10.35260/87429892p.182-202.2021
Rodrigo Patto Sá Motta.....	204	Doi: 10.35260/87429892p.204-223.2021
Valéria Aparecida Alves.....	224	Doi: 10.35260/87429892p.224-242.2021



Ana Rita Fonteles Duarte é professora Associada I do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). Ministra disciplinas nas áreas de Teoria da História e Prática de Ensino na graduação. Integra as linhas Cultura e Poder e Memória e Temporalidades no Programa de Pós-Graduação em História da UFC. Membro do corpo docente do Mestrado Profissional em História - Profhitoria (UFC). É doutora em História Cultural pela UFSC e mestra em História Social pela UFC, possui graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará. Tem experiência nas áreas de História e gênero, história das mulheres, gênero e ditadura no Brasil. Coordena o Grupo de Pesquisas e Estudos em História e Gênero (GEPEHG), na UFC. Pós-doutorado em História pela UFF.

Jucélio Regis
Vera Silva

Ana Rita Fonteles Duarte

[...] observar a ditadura sob um viés de gênero faz com que a gente pense também que, para que uma ditadura se estabeleça por mais de 20 anos, como foi o nosso caso, as políticas de repressão não bastam. É necessário que a ditadura atenda alguns desejos, alguns anseios de setores da sociedade. Você entender, por exemplo, o lugar da sexualidade, do comportamento, como isso é pensado pelas diversas instâncias do regime.

Território Científico (TC): Por favor, poderia nos falar sobre sua experiência pessoal em seu campo de atuação, ou seja, a respeito da sua trajetória acadêmica?

Ana Rita Duarte: Eu vim do jornalismo, fiz Comunicação Social com habilitação em jornalismo. Atuei cerca de 15 anos como jornalista até entrar no curso de História como professora, da UFC. No jornalismo, eu fui construindo preocupações em torno do que seria o conteúdo produzido para mulheres, ou sobre mulheres, nas ditas revistas femininas. Eu era leitora de revistas femininas. Uma leitora impertinente [risos] em relação às revistas porque eu gostava, mas ao mesmo tempo, colocava muitas questões em relação àquele conteúdo. Na segunda metade dos anos de 1990, a gente tinha que produzir uma monografia sobre algum tema ligado ao jornalismo, e justamente, eu escolhi trabalhar com jornalismo feminino, e nessa construção, que virou problema de pesquisa, eu comecei a catar os poucos trabalhos existentes na época sobre o jornalismo feminino no Brasil. E um nome sempre aparecia nesses trabalhos, mas eu não tinha visto nada produzido ainda sobre ela, que era a figura de Carmem da Sil-

va, uma jornalista que atuou durante cerca de 21 ano na revista Claudia e que era considerada a precursora das discussões feministas nas revistas femininas. Eu sabia que isso tinha acontecido em outros lugares, não só no Brasil, seguindo mais ou menos aí o que seria a segunda onda feminista.

Então, muitas mulheres feministas, muitas militantes acabaram entrando nas revistas em vários países do mundo, levando as demandas dos movimentos de mulheres. A Carmem entrou aqui na Claudia no ano de 1963. A revista é fundada em 1961, ela entra 1963 e permanece até 1985. E aí eu comecei a pesquisar sobre ela, já que eu não encontrava trabalho, encontrava algumas coletâneas de artigos dela. Comecei a ler esses trabalhos e fui despertando o interesse para entender como era possível e que configuração histórica que tornou possível uma jornalista feminista tratando de temas que muitas vezes eram conflitantes com aquilo que a revista pregava para mulheres de classe média, num momento de grande movimentação das mulheres e de mudanças comportamentais, políticas, para mulheres no Brasil. Então, eu fiz a monografia, defendi e sempre tive vontade de fazer, continuar com pesquisas, fazer pesquisas. Eu tinha esse interesse em história.

Eu tinha tentado junto com o vestibular em comunicação o vestibular para história. Passei, mas na época, a gente não podia cursar, fazer dois cursos em universidades públicas, e eu tive que fazer a opção, embora pudesse perfeitamente conciliar. Mas aí eu optei pela história. Na época não tinha mestrado em comunicação. Na verdade, eu acho que a abordagem que eu fui construindo, mesmo no campo da comunicação, foi uma abordagem muito voltada para a problematização histórica. Eu sou da primeira turma do mestrado em História da UFC. Eu entrei em 1999 e a turma se inicia em 2000. Esse ano (2020), o programa completa 20 anos. No início, a gente entra no curso de história, quando as questões de gênero, elas ainda estavam incipientes aqui no Ceará. A gente não tinha orientação específica sobre a temática, havia uma certa resistência no campo da História Social para se trabalhar com essas questões, embora houvesse outras pessoas que trouxesse essas questões. A gente acabou tendo que se juntar bastante para tentar dar conta dos textos, tentar da conta das discussões. Fizemos um grupo informal na época. Quem orientava essas pesquisas na UFC era o professor Eurípedes [Antônio Funes]. Não fui orientanda dele, fui orientanda do professor Gilmar de Carvalho, mas o Eurípedes que fazia esse

meio campo, tentando dar conta dessas questões. Então, fiz o trabalho. O trabalho acabou se tornando também uma análise para além da questão da obra, da questão da memória em torno dela, que foi muito interessante descobrir a partir do leque de fontes que se abriu durante a pesquisa, tentar entender como essa mulher foi produzida a partir de memórias e como ela também utilizou a memória como forma de reforçar o seu trabalho, como forma de divulgar o feminismo. Trabalhei, então, com a autobiografia dela, trabalhei com relatos orais de pessoas que trabalharam, conviveram e que militaram com ela; e com seus artigos, propriamente ditos. Esse trabalho foi lançado em 2005.

Então fiz a minha formação, a minha pós-graduação se deu paralela ao meu trabalho como jornalista, inclusive no mestrado eu não tive bolsa de estudos, trabalhei.

Trabalhando no jornal O Povo como repórter de política no final dos anos 1990, em 1999 especificamente, eu fui escalada junto a outra repórter para fazer um caderno sobre os 20 anos da Anistia no Brasil. 20 anos da lei de agosto de 1979. Na produção das matérias desse caderno eu acabei sendo escalada para fazer uma matéria com as mulheres do Movimento Feminino Pela Anistia [MFPA] no Ceará. E aí, de cara, eu entendi que o grupo era dividido, que algumas mulheres não se reuniam com as outras, que as experiências relatadas por elas eram muito distintas, até ação política era muito distinta. Também tinha um discurso muito interessante sobre quem venceu, quem conseguiu dar o tom no MFPA aqui. Entrevistei mulheres dos diferentes grupos, fiz a matéria, mas já estava com o projeto, saído do jornal, para fazer o mestrado. E quando veio a ideia de fazer o doutorado, eu pensei novamente em voltar a essa temática que eu tinha descoberto lá no jornal. Fui atrás novamente dessas mulheres e fiz entrevistas. Vi que, de fato, as disputas dentro do MFPA aqui, que foi um grupo que durou entre 1976 a 1979, eram muito grandes. Você tinha, de um lado, as mães, as familiares, e de outro, as mulheres que se consideravam politizadas. As outras eram as não politizadas. E do ponto de vistas das familiares, as outras eram as radicais, as politiqueiras. Então, eu fui estudar essas disputas, o que elas significavam em termo de memória, como é que a partir do lugar que elas se situavam dentro do grupo, como é que elas lembravam, como é que elas analisavam a ação política.

Fui pra UFSC, onde eu cursei o doutorado entre 2005 e 2009. Concluí em 2009. Pouco tempo depois, eu consegui uma bolsa de Desenvolvimento Científico Regional, que é uma espécie fixação de doutores. Fui para a UFC trabalhar. Como eu tinha trabalhado muito na tese o que seriam jogos de gênero, como as mulheres usavam o gênero para conseguir dialogar e reivindicar coisas durante a ditadura, eu fui tentar entender se as mulheres estavam jogando, se elas estavam reivindicando coisas, se elas estavam usando gênero, então havia o outro lado do tabuleiro nesse jogo. Porque quem joga, joga com alguém. Então, eu fiz um projeto de pós-doutorado justamente pensando essa mobilização do que seria gênero ou do comportamento pela ditadura militar. Acaba que com pouco tempo que eu estava nessa bolsa, estava fazendo esse projeto na UFC, dando aula como professora visitante, como bolsista, abriu uma vaga de concurso para a área de Teoria e Metodologia da História, aí eu fiz e passei. Quando eu entrei na universidade efetivamente, a UFC já tinha um grupo, que já estava funcionando há alguns meses, Grupo de Estudo de História e Gênero, que vinha sendo tocado por alunos mestrados na época e algumas pessoas da graduação. Eu assumi o grupo e o registrei junto ao CNPq, e de lá pra cá eu venho atuando como coordenadora desse grupo, que se reúne para fazer discussões e também orienta pesquisas.

TC: você poderia falar um pouquinho mais sobre essa questão do movimento feminino no Ceará, relacionado à ditadura militar?

Ana Rita Duarte: Então, o MFPA foi criado em 1975 em São Paulo por iniciativa de um grupo de mulheres paulistas, liderados pela dona Therezinha Zerbini, que era esposa de um general que tinha sido cassado, general que tinha resistido ao golpe e foi expulso, colocado para fora das Forças Armadas. E dona Therezinha, a partir desse lugar e muito revoltada com essa situação toda, se envolveu nesse processo. O general era muito progressista, eu diria. Depois que ele saiu do Exército, foi trabalhar numa fábrica de papel no interior de São Paulo e foi cursar Filosofia [risos] na USP¹. E lá ele se tornou colega de Frei Tito de Alencar, que acabou sendo amigo da família. E a dona Therezinha foi a pessoa que intermediou, vamos dizer assim, a aquisição do terreno de Ibiúna, onde foi realizado o congresso da

1 Universidade de São Paulo.

UNE² a pedido de Frei Tito, que era frei dominicano e era do movimento estudantil, e ela intermediou, pediu a um amigo da família, sem dizer para o que era. Simplesmente era um terreno de Ibiúna onde centenas de estudantes se reuniram clandestinamente no congresso da UNE e foram presos em massa, e dona Therezinha acabou também, de esposa de general, acabou se tornando cúmplice de ações clandestinas. Ela foi interrogada, foi presa, passou cerca de seis meses presa por conta da Operação Bandeirante, por conta dessa ação. Então, ao sair da cadeia e continuar sendo vigiada, ela sabia que era vigiada, ela resolveu articular essas mulheres. E articulou. O movimento foi registrado em cartório, ele usava um léxico muito tradicional como estratégia política, de ação política. Muita gente faz uma leitura muito literal, vamos dizer assim, dos documentos do MFPA, como se essas mulheres fossem despolitizadas, mas na verdade elas agiram com muita tática num momento muito difícil em que todo mundo tinha medo, não só elas, mas todo mundo. E ela foi fundando núcleos pelo Brasil.

O terceiro núcleo foi criado aqui no Ceará. Já existia uma reunião de mulheres, na verdade, antes do MFPA, principalmente familiares se reuniam para tentar melhorar as condições ou dar assistência aos presos políticos. A convocatória da dona Therezinha Zerbini chegou por diversas vias e tem vários relatos de origens do MFPA: uma carta que foi enviada para fulano, outra pessoa que entrou em contato, alguém que foi convidado, mas o fato é que a dona Therezinha fazia esse trabalho de enviar cartas para as pessoas. Ela entrou em contato com várias pessoas, e nesse processo, reunindo tanto familiares que já se articulavam como também mulheres que estavam sem militância política porque tinham medo, porque já tinham sido presas, sem poder agir muito porque eram visadas, muitas eram universitárias e estavam também muito incomodadas com a repressão. Elas se juntaram e passaram a se reunir, a fazer ações articuladas, participar de congressos. Esse processo reuniu mulheres tão di-

Muita gente faz uma leitura muito literal, vamos dizer assim, dos documentos do MFPA, como se essas mulheres fossem despolitizadas, mas na verdade elas agiram com muita tática num momento muito difícil em que todo mundo tinha medo, não só elas, mas todo mundo.

2 União Nacional dos Estudantes.

ferentes e o que dava a tônica eram mulheres de classe média, em sua maioria. A maior parte delas tinha tido contato ou tinha passado pelo ensino universitário e tinha vindo também de setores ligados à Igreja Católica. Algumas, por exemplo, tinham sido alfabetizadoras no método Paulo Freire. Algumas eram de pastorais, outras eram ligadas ao PC do B³.

O fato é que essas mulheres diferentes se reuniram e o que fazer para lutar pela Anistia? - *“A nossa luta é só pela Anistia ou a gente quer questionar a ditadura militar de maneira mais forte? A gente quer questionar o sistema mobilizado pela ditadura?”*. Então são diferenças que causaram muitas tensões, conflitos, porque de um lado você tem medo muito forte, muito legítimo pelos familiares, que seus parentes fossem exterminados, torturados ou que a pena deles fosse ser acrescida. Por outro lado, você tem mulheres que achavam que o MFPA devia se articular com os movimentos sociais que estavam sendo retomados, os movimentos de bairro, os movimentos no campo, e aí essas tensões todas produziram ações *sui generis*. Você tinha, por exemplo, vigílias católicas em apoio às greves dos presos políticos que acontecia no Brasil todo. Mas você tinha também notas, panfletos e ações dessas mulheres na defesa de comunidades que estavam sendo expulsas, como por exemplo, o caso da favela José Bastos aqui em Fortaleza que é emblemático. Teve mulheres apoiando a luta dos camponeses em Tauá e Crateús, onde o outro núcleo foi fundado para além de Fortaleza. E ao mesmo tempo que você tinha as tensões, você também teve um processo de transformação de muitas das mulheres, tanto das ditas familiares como das ditas politizadas. Então você tem pessoas que entraram, que não tinham vivência política anterior e que passaram a ter, passaram a estudar política e que depois que saíram do MFPA entraram em sindicatos, em associações. Principalmente, tinha muitas professoras, muitas mulheres que fizeram o curso de Pedagogia, Letras, que atuavam em escolas e que passaram a se organizar em sindicatos ou ser lideranças.

Então, é um movimento de um caráter muito rico, muito complexo, embora ele tenha durado quatro anos aqui [no Ceará]. Mas que ele possibilita a gente pensar muitas coisas, quer dizer, não eram só as tensões - *“o que as tensões revelaram para mim?”*. Sempre digo muito que gosto de estudar confusão na história, treta, disputa, acho isso muito interessante, não pelas

3 Partido Comunista do Brasil.

disputas em si, mas o que essas disputas revelam em termos do imaginário social: *o que é fazer política? Quando é que uma mulher faz política? [...] é possível fazer política a partir do afeto? Como isso se dá?*. E ao mesmo tempo, pensar em movimentos como o feminista, que também surgiu a partir dessas experiências. Tinha muitas mulheres e tem ainda, mulheres que diziam que não gostavam do feminismo, que não se identificavam, mas que nessa experiência, por exemplo, elas perceberam a capacidade das mulheres para se organizar, para lutar, para se movimentar na cena pública. Para muitas mulheres, foi essa experiência que possibilitou pela primeira vez elas falarem em público, escreverem notas políticas, brigarem, exercitarem a fala. Dona Therezinha, que se dizia antifeminista, que dizia desprezar o feminismo, por exemplo, percebeu que se ela deixasse os homens entrarem no movimento (o movimento era restrito às mulheres, pelo menos na sua forma legal), as mulheres não iam conseguir construir uma independência política. Ela dizia: *“Onde o homem chega, ele inibe, ele quer tomar a palavra”*, e principalmente, naquele período.

A experiência política é escrita no masculino, é desempenhada no masculino. O resistente à ditadura, por excelência, é o revolucionário, a figura do revolucionário que é viril, que é forte, que está disposto a tudo. Os embates com os homens no campo da esquerda eram muito violentos. Então, ela percebeu isso e disse: *“se as mulheres ficarem sozinhas, elas vão conseguir, é um treinamento”*. Ela dizia que *“era arte da guerra, é um treinamento, elas vão conseguir se organizar e vão conseguir superar esses medos”*.

TC: Pode nos falar um pouco sobre a relação da imprensa com essas mulheres na constituição de identidades e jogos de memórias, sobretudo na constituição de gênero?

Ana Rita Duarte: É interessante a tua pergunta porque uma coisa é a ação política realizada e outra coisa é como essa ação política é visibilizada ou ela é recordada. Então, eu faço um trabalho na tese, que é sobre a análise de memórias. Nessas análises de memórias, fui percebendo ou fui tentando perceber

A experiência política é escrita no masculino, é desempenhada no masculino. O resistente à ditadura, por excelência, é o revolucionário, a figura do revolucionário que é viril, que é forte, que está disposto a tudo.

o lugar das mulheres nessa produção sobre a ditadura militar, não só aqui no Ceará. O que eu percebi de maneira mais ampla, não somente na imprensa, é que o MFPA aparecia na memorialística, seja em livros, em coletâneas e na imprensa. Ele aparecia como um movimento abre alas que retratava a ‘grande generosidade feminina’ e o seu papel tradicional de guardiãs das famílias. As mulheres, a partir do seu amor, principalmente do amor ‘maternal’, da sua ‘generosidade’, do seu talento ‘natural’, habilidade ‘natural’ para o cuidado, elas tinham se colocado na cena pública. Fizeram um papel muito importante, foram muito corajosas, mas ‘abriram alas’ para o real movimento político, organizado e politizado crítico que veio depois do CBA, Comitê Brasileiro Pela Anistia. Essa é a tônica da memorialística, principalmente de esquerda. É onde a memorialística de esquerda se encontra com a memorialística produzida, vamos dizer assim, pela imprensa e pelas produções culturais mais recentes sobre a ditadura.

Vamos pensar no filme Zuzu Angel, por exemplo. A Zuzu Angel não chegou a participar do MFPA, mas ela se tornou o emblema da mãe coragem, da mãe que desafia as autoridades, que invoca poderes sobrenaturais e ancestrais do direito de agir em nome da defesa do seu filho. Então, eu digo que a figura da Zuzu Angel acabou sendo incorporada ou sendo usada para tentar mencionar esse lugar das mulheres na política, essas mulheres da Anistia. E aí a pesquisa histórica vai mostrar que não é bem assim. Que nem todas as mulheres vão para essa ação política mobilizadas por um ‘amor maternal’ ou pelas ‘generosidades ou pelo cuidado, mas elas vão com compreensões diferentes sobre isso. Então, eu pude acompanhar e foi muito interessante porque tem uma coisa que eu comento na própria tese, que eu mesma, como jornalista, durante a feitura do caderno sobre a Anistia, eu cheguei de certa forma a disseminar também um pouco esse discurso. Eu me analiso como fonte e foi bem interessante fazer essa experiência, entre a pesquisadora e a jornalista. Porque é muito sedutor esse discurso da “mulher heroína” e dessa “mulher fortaleza”, que é capaz de enfrentar as autoridades.

A primeira pessoa que eu entrevistei do MFPA foi Maria de Lourdes Miranda, que é mãe de quatro ex-presos políticos aqui e é uma figura simbólica, monumento, que eu digo na tese, do movimento MFPA. A mulher contava histórias lindíssimas de coragem, de enfrentamento aos mi-

litares na busca pelos seus filhos desaparecidos. Eu acabei incorporando um pouco esse discurso do amor maternal e faço essa análise de como você entra muito facilmente nesse discurso. Muito forte no Brasil a ideia de que mãe é sagrada. Não é só no Brasil, mas como eu estava tratando especificamente da questão do Brasil, então eu tive também que investigar esse lugar da mãe na cultura brasileira, no imaginário das pessoas, e isso é muito sedutor. Isso acaba prejudicando um pouco o seu olhar, não que a gente não possa pensar a partir daí, mas a gente tem que tentar fugir ao estereótipo, os estereótipos de memória, que é a principal dificuldade de quem trabalha com o tempo presente, uma vez que você acaba conhecendo as pessoas, entrevistando as pessoas, as suas fontes estão ali, são pessoas vivas, os seus narradores. Você tenta se desvencilhar e se distanciar um pouco para poder fazer as suas análises. Então, a imprensa reproduzia muito essa memorialística. Ainda reproduz. Mais recentemente, vai sair até um artigo agora na Revista Tempo, da UFF, em que eu analiso a memória produzida sobre a dona Therezinha Zerbini. Eu analiso um perfil feito pelo Paulo Moreira Leite em um livro chamado “*A mulher que era o general da casa*”⁴. São vários perfis de personalidades que lutaram contra a ditadura, e a dona Therezinha é um dos perfis e dá nome ao livro. Ele a trata como uma dona de casa que deu lição às feministas, que estava ali imbuída da sua coragem de mãe. Enfim, que era capaz de articular, de fazer articulações políticas com a mesma desenvoltura que ela cozinhava um frango assado [risos]. É uma das imagens que está lá no livro. Então é interessante a gente tentar entender a lógica também dessa produção de memória em torno da ação política das mulheres, mesmo quando essa ação é apresentada na forma de exaltação às mulheres, de homenagens. Eu alcancei durante a tese muitas entregas de medalhas, pedidos de indenização, e as mulheres, elas quase sempre eram homenageadas. Elas não falavam. A dona Lourdes [Albuquerque], por exemplo, era a grande homenageada, o símbolo da luta feminina e sempre lembrada pelo seu sofrimento e pela sua capacidade de lutar pelos seus filhos. Então, a gente tem que tentar entender essas nuances para proceder as nossas análises de maneira mais crítica.

TC: Qual a importância de seu objeto de pesquisa e metodologia adotados no campo da produção do conhecimento científico?

4 LEITE, Paulo Moreira. **A mulher que era o general da casa:** Histórias da resistência civil à ditadura. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2012.

Ana Rita Duarte: Eu penso que, nos últimos anos, e até conversei hoje de manhã com o pessoal do *História em Quarentena*⁵ sobre isso, a gente vem passando por um processo de grande renovação no campo da produção historiográfica sobre a ditadura militar no Brasil. Durante muito tempo, a historiografia se concentrou em questões como as razões para o golpe, que quase sempre envolviam análises macroeconômicas e políticas específicas, os embates entre as alas militares. E também, por outro lado, a resistência, principalmente revolucionária à ditadura. Os grandes tópicos da historiografia sobre a ditadura se resumiam a esses. O que acabava, muitas vezes, tendo repercussão no ensino, fazendo com que a história da ditadura chegasse às pessoas como uma história entre vilões e mocinhos, militares versus militantes. Como se a ditadura fosse somente uma questão de militares e militantes. Fosse uma questão só de direita e esquerda. De uns anos para cá, vários estudos, eu identifico um polo gerador desses estudos na Universidade Federal Fluminense - com Daniel Aarão Reis, Denise Rollemberg, Janaína Cordeiro, a Livia Magalhães, entre outros - começou a pensar a ditadura não no âmbito da história política tradicional, como algo que diz respeito só às instituições, ao poder e à macroeconomia, mas pensar a ditadura como uma construção, que não seria possível sem a partilha de imaginários, afetos, de produção de consensos. Então, nesse sentido, a partir dessa ideia da construção social da ditadura, foi possível perceber como ela foi vivenciada por pessoas comuns, apoiadas por pessoas comuns nos seus cotidianos. É um campo que se abre bastante, no qual eu me sinto inserida a partir desse conjunto de pesquisas. Não eram só os militantes e os militares que vivenciavam ou viveram a ditadura. Então, todas pessoas estavam de alguma forma relacionadas com essa temática.

Nesse sentido, observar a ditadura sob um viés de gênero faz com que a gente pense também que, para que uma ditadura se estabeleça por mais de 20 anos, como foi o nosso caso, as políticas de repressão não bastam. É necessário que a ditadura atenda alguns desejos, alguns anseios de setores da sociedade. Você entender, por exemplo, o lugar da sexualidade, do comportamento, como isso é pensado pelas diversas instâncias do regime. Por-

5 O *História em Quarentena* foi um projeto nascido em razão da necessidade de confinamento e de afastamento físico que a crise sanitária do coronavírus forçou no mundo em geral e no Brasil em particular. Com a ideia de aproximar as pessoas em torno de interesses comuns, e de continuar o empreendimento de divulgar o conhecimento histórico, mas também o conhecimento proveniente de outras ciências humanas e sociais, aproveitamos as possibilidades oferecidas pelas ferramentas digitais para reforçar o sentido de coletividade. Disponível em: <https://www.historiaemquarentena.com/>.

que o regime não é único, é plural, há campos conflitantes. Sujeitos que pensam diferente e que agem diferente. Há políticas públicas fundadas sobre as questões ligadas ao comportamento na área de cultura, na área de educação, na área de política antidrogas, nas políticas de proteção ao menor, políticas voltadas ao controle da natalidade, planejamento familiar. Então, esse novo olhar da historiografia possibilitou a gente pensar nessas discussões, não num

campo aleatório ou secundário, mas pensá-las como estruturando também o regime. A gente conseguiu deslocar, nos últimos tempos, uma discussão muito binária entre censura política e censura moral. Começamos a compreender que a moral, que as discussões morais, fazem parte da política, elas estruturam a política, elas mobilizam pessoas. Eu faço um paralelo muito grande com as discussões no Brasil hoje. Basta a gente imaginar como essas discussões sobre comportamento e sexualidade e gênero foram mobilizadas dentro de um combo em que cabem negacionismos sobre a ditadura, desprezo à ciência, à produção do conhecimento, a questão da segurança pública. Como esse pânico moral foi capaz de mobilizar pessoas, fazendo com que muitas pessoas no Brasil votassem, pessoas desempregadas, pessoas sem perspectiva de vida, não se preocupassem com as suas sobrevivências, mas se engajassem na luta contra aquilo que eles chamam de comportamento antifamília ou antirreligiosos. Dentro dessas políticas, como é que esse pânico moral foi mobilizado? Ele foi mobilizado agora, ele foi mobilizado também durante a ditadura e eu acho que chegou o momento dos historiadores se comportarem como gente grande e começarem a entender que essas discussões precisam ser feitas no âmbito da historiografia. Começarem a entender as questões sobre gênero, sexualidade e comportamento moral como elementos estruturantes da política, que precisam ser analisados, que precisam ser pensados, porque, afinal de contas, política também passa pela capacidade de mobilizar afetos, medos e ressentimentos.

...observar a ditadura sob um viés de gênero faz com que a gente pense também que, para que uma ditadura se estabeleça por mais de 20 anos, como foi o nosso caso, as políticas de repressão não bastam. É necessário que a ditadura atenda alguns desejos, alguns anseios de setores da sociedade. Você entender, por exemplo, o lugar da sexualidade, do comportamento, como isso é pensado pelas diversas instâncias do regime.

TC: O que aconselharia para um pesquisador iniciante neste campo?

Ana Rita Duarte: Eu penso que os historiadores têm uma facilidade de desconstruir ou desnaturalizar diversas discussões, diversos discursos, modelos, empreendimentos políticos. Então, você olha sob um viés de classe, você entende a temporalidade, você desloca, você critica, mas tem muita dificuldade no campo do gênero. Os estudos de gênero, durante muito tempo, foram considerados ‘perfumaria’. Já escutei essa frase quando eu entrei na pós-graduação, lá atrás, quando eu comecei a estudar gênero: “*ah, isso é perfumaria, ‘bicos e bordados’*”. Há uma dificuldade de entender esse tema, que é uma dificuldade que está relacionada com o preconceito em relação às mulheres, porque as questões de gênero estão muito associadas ao movimento feminista, às discussões das mulheres e as demandas ‘identitárias’. Assim como hoje é importante estarmos atentos às categorias raça/etnia e a outras discussões também. Por vezes, você vê as pessoas confundindo “*ah, eu trabalho com gênero porque eu falo de mulher*”. Eu digo, “*leia Joan Scott, ‘Gênero: uma categoria útil de análise histórica’*”⁶. Ela está falando justamente sobre a necessidade de a gente repensar o gênero como uma categoria só do âmbito privado, de pensar o gênero no campo da política, da economia, estruturando relações internacionais. Meu primeiro conselho seria que os historiadores se apropriassem, e isso não significa, ao contrário do que muita gente possa pensar, que eles vão se tornar historiadores ‘do gênero’ ou que eles nunca mais vão abandonar a categoria. Mas que eles vão ter a possibilidade de construir olhares múltiplos, enxergar coisas que eles não viam antes, problematizar de maneira mais complexa determinadas coisas, determinados assuntos. Gênero não é uma questão específica de historiadores que trabalham com isso, deveria ser uma categoria abordada ou pelos menos conhecida por todos os historiadores.

TC: Quais são as principais dificuldades enfrentadas para a produção do conhecimento no seu campo de atuação?

Ana Rita Duarte: Eu acho que a primeira é a resistência. A resistência à temática que tem que ser rompida, as leituras têm que ser feitas. Mas pensando aí no campo da ditadura, por exemplo, nos últimos tempos, a gente teve um avanço muito grande que tem a ver com os governos democráticos,

6 SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez., 1990.

os quais nós passamos, e que foram estabelecendo políticas de reparação, tentativas de apuração dos fatos, de aberturas de arquivos. Nossa! Da época que eu comecei a pesquisar, são 20 anos, desde o início de tudo, dessa trajetória. Era muito difícil você ter acesso a determinados arquivos, havia muitos empecilhos, havia muito medo por parte dos historiadores. Particpei de vários congressos que tentaram estipular políticas de acesso aos arquivos da ditadura e todo mundo com muitos senões, com muito medo de pressão. Então a gente tem um bom acervo disponível, nós temos tanto em termos de documentos de órgão de vigilância como também através da imprensa, que foi produzida pela história oral, dos movimentos sociais.

Depois dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, surgiram vários trabalhos em termos de grandes reportagens que trabalharam com questões ainda não problematizadas por historiadores de maneira mais aprofundada: questão da relação da justiça, com a ditadura, a questão dos indígenas durante a ditadura, a questão também das crianças sequestradas ou torturadas durante a ditadura, a questão mesmo das polícias que eu acho que a gente explorou ainda pouco, as polícias políticas em termos mesmo dessa organização interna, do pensamento desses agentes. Tem alguns trabalhos muito interessantes surgindo sobre juventude numa outra perspectiva, pensar o movimento estudantil para além do movimento estudantil engajado na resistência, pensar os estudantes para além do movimento estudantil, pensar os estudantes de direita, pensar, por exemplo, o campo da Anistia, pensar as alianças feitas com setores de centro e direita que se envolveram na luta pela Anistia. A gente pensa muito a partir da esquerda e o restante é como se não existisse. A gente sabe que a Anistia foi feita, foi possível a partir de grandes alianças.

TC: Quais as principais dificuldades que você apontaria na obtenção e trato com as fontes?

Ana Rita Duarte: Com relação às mulheres, tem ainda alguns problemas de memórias por serem vencidos. Eu sempre falei isso quando fui trabalhar tentando entender a memorialística produzida sobre a ditadura. Você ainda encontra muitos trabalhos, a maior parte produzidos por militantes homens. Poucas mulheres escreveram sobre suas experiências como militantes, como presas políticas. Entender as dificuldades de falar sobre diferentes temáticas, a gente teve mais no campo do jornalismo do

que eminentemente no campo da historiografia. Na verdade, eu não digo que são dificuldades, mas acho que são problemáticas que são necessárias para uma compreensão mais ampla. Os documentos de órgãos de vigilância trazem muitas possibilidades para pensar que, durante muito tempo, a gente imaginou que as mulheres eram menos vigiadas, que se tinha menos atenção aos movimentos. A gente foi descobrindo que movimentos considerados mais ‘inocentes’, eles eram super vigiados. Essa questão da introdução de espãs dentro de um próprio campo, dentro de um grupo pequeno que passavam informações para a ditadura, essas políticas de vigilância seriam muito interessantes.

TC: Quais são os limites e possibilidades de sua área de atuação como método, fonte e meio de comunicação acadêmico?

Ana Rita Duarte: A gente vem conseguindo bons espaços ao mesmo tempo que a gente tem resistência dentro de muitos departamentos ou de programas. Temos conquistados bons espaços nos dossiês, nos periódicos. Embora vez ou outra a gente seja questionada: *“tem certeza que isso que você está problematizando como uma questão de gênero é isso mesmo?”*, de pessoas que não têm muita pesquisa e leitura na área, mas aí a gente acaba argumentando e vem conseguindo. Congresso específicos, a gente tem um Grupo de Trabalho muito atuante na ANPUH⁷, de Gênero da ANPUH. Então, eu vejo assim, como área em ampliação que tem despertado atenção de jovens pesquisadores por conta da repressão à temática, ao termo gênero.

Nos últimos anos, gênero virou quase palavrão, se não um palavrão. Foram super manipulados os usos em torno do gênero e das discussões sobre o termo. Então, muita gente acabou entrando como forma de resistência ou de se contrapor por se interessar. Se você quer suscitar interesse por um assunto, basta proibir esse assunto ou você banir esse assunto, tornar esse assunto problemático. Isso, de certa forma, nos ajudou. A Joana Pedro fala muito isso também, foi minha orientadora, ela fala *“foi ótimo, porque muita gente agora quer estudar a temática”*. A militância não basta, a política ‘identitária’ não basta para uma boa produção historiográfica. Ela pode te despertar para um tema, ela pode te ajudar a construir uma crítica em relação à temática, mas ela não faz daquele trabalho um bom trabalho historiográfico.

7 Associação Nacional de História.

A confusão entre estudar um tema e defender um tema ainda é muito problemática. As pessoas têm muita dificuldade de analisar criticamente relatos orais. A gente trabalha muito na história do tempo presente, no campo da ditadura com as mulheres, com história oral. Às vezes, as pessoas têm muita dificuldade porque há muitas camadas de significados nessas narrativas, empregadas de dor, de ressentimentos, de um certo senso de autoridade de quem viveu na pele. Como historiador ou historiadora que vai trabalhar com essas temáticas, é preciso a consciência social, a consciência política. Está trabalhando com um tema difícil, um tema muitas vezes recriminado, desvalorizado ou estereotipado por muitos, mas é necessário ir além disso, estudar bastante, dialogar com o campo da teoria, alargar essa teoria. Vamos pensar que a teoria também é produzida a partir de determinados lugares sociais, são muitos homens produzindo. É necessário a gente entender que também estamos produzindo essa teoria, podemos alargar essa teoria a partir das nossas pesquisas, fazer mais e de maneira mais competente.

TC: Quais perspectivas futuras você apontaria em sua área de atuação?

Ana Rita Duarte: Mais recentemente eu estou um pouco empolgada com o estudo de narrativas feministas aqui no Ceará. Então, narrativas de feministas que organizaram os movimentos a partir do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980. Já finalizamos um projeto sobre vigilância dos órgãos de repressão sobre os movimentos feministas. Como é que se construiu a visão dos feminismos a partir do olhar da vigilância. A gente concluiu esse PIBIC⁸. Agora, a gente está numa nova pesquisa concluindo sobre os feminismos acadêmicos aqui em Fortaleza, que é um componente muito importante dessa segunda onda do Brasil. Tem os feminismos populares, as enti-

...observar a ditadura sob um viés de gênero faz com que a gente pense também que, para que uma ditadura se estabeleça por mais de 20 anos, como foi o nosso caso, as políticas de repressão não bastam. É necessário que a ditadura atenda alguns desejos, alguns anseios de setores da sociedade. Você entender, por exemplo, o lugar da sexualidade, do comportamento, como isso é pensado pelas diversas instâncias do regime.

8 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

dades, mas a gente também tem os movimentos acadêmicos e agora foi selecionado mais um projeto de pesquisa para trabalhar com a questão das mobilizações dos feminismos a partir dos casos de violência contra a mulher, nesse período do final dos anos 1970 até a segunda metade dos anos de 1980. A gente vai trabalhar especialmente como o caso que mobilizou muito a opinião pública aqui, no início dos anos de 1980, que é o caso de Maria Celizete [Ribeiro Moreira], que foi a mulher que ateou fogo sobre o próprio corpo em razão das violências cometidas pelo marido. Violências de toda ordem, física, emocional, financeira. E aí vamos ver como é que esse caso específico foi mobilizado pelas feministas aqui e tentar entender essa mobilização numa rede, onde vários casos de mulheres se tornaram emblemáticos. O caso da Ângela Diniz, de outras mulheres em outros estados também para criação de delegacias. Eu comecei a trabalhar com feminismo lá em 2000, com narrativas feministas, mas nunca tinha trabalhado com narrativas feministas aqui no Ceará. Já tinha trabalhado com algumas narrativas feministas em circulação nacional, a partir de São Paulo, e está sendo muito interessante descobrir também as peculiaridades das feministas aqui.

TC: Em relação ao processo de estudo e de pesquisa da Carmem Silva e da Therezinha Zerbini, você pode falar um pouco mais sobre estas duas personalidades, a importância destas personalidades para a pesquisa do gênero?

Ana Rita Duarte: Elas viveram o mesmo período. Engraçado, eu nunca perguntei se elas se conheceram, pelo menos para a Dona Therezinha, porque como a Carmem Silva já tinha falecido, não era possível. Mas também não encontrei nenhuma referência nos escritos da Carmem sobre a Therezinha, embora a Carmem fosse uma mulher que se considerasse de esquerda. Ter estudado as duas tem a ver com a minha vontade de saber sobre o período em termos do comportamento e em termos do que seria uma ação das mulheres, só que as problemáticas são bem distintas. A Carmem, foi para entender mesmo os sentidos dessa produção jornalística, de viés psicanalítico, porque a Carmem também era psicanalista, escritora renomada fora daqui. De volta ao Brasil, com desejo de participação política, já em plena ditadura, ela se torna jornalista. Então, ela volta antes da ditadura. Já havia uma movimentação, mas ela se engaja, não de maneira muito forte. Eu encontrei alguns documentos no DEOPS⁹ Rio [de Janeiro] sobre a

9 Departamento de Ordem Política e Social.

Carmem, mas no sentido de observá-la, *'ela assinou um abaixo assinado'* etc. A ideia era pensar essa atuação das mulheres na imprensa a partir da Carmem. Havia pouquíssimas mulheres trabalhando nesse período na imprensa, inclusive nas revistas femininas, que eram basicamente feitas por homens. Então, ela era uma exceção. Quando começou a trabalhar, só tinha ela e a secretária de redação. Então, você vê que é um tipo de produção muito pensada a partir de uma lógica masculina para as mulheres, o que as mulheres devem ser, como é que elas devem preservar o casamento, como que é elas devem se comportar, como elas devem ser agradáveis. A Carmem se insere numa revista bem tradicional, nesse sentido, embora moderna em termos gráficos, trazendo outras questões, negociando com as leitoras, fazendo raiva nas leitoras, sendo xingada, sendo perseguida pelos maridos. Mas acabou se popularizando, sendo bastante conhecida e virando signo de modernidade nesse Brasil dos anos 1960 e 1970, e que depois ela vai se descobrindo feminista no processo. Vem com inquietações em relação ao lugar das mulheres, mas depois se torna feminista, vai ser criadora da primeira entidade feminista no Rio de Janeiro, vai se engajar, mas vai continuar escrevendo e vai fazer muito esse trabalho de tradução cultural, de mediação cultural entre as teóricas feministas, as discussões psicanalíticas para uma mulher muito centrada sobre o casamento e sobre a casa. Muita gente pergunta – *"ah, mas ela era uma mulher à frente do seu tempo?"* Eu digo: *"Não. Ela é uma mulher do seu tempo"*. Esse lugar dela só foi possível porque a gente estava vivendo, aos trancos e barrancos, um processo de modernização na sociedade brasileira e havia algumas demandas, embora os modelos fossem muito fortes ainda sobre esse lugar da mulher. Havia demandas de mudanças, demandas de expansão desses lugares, questionamentos. Ela se engaja na luta pelo divórcio. O divórcio só foi aprovado em 1977, não esqueçamos. Até 1962, as mulheres brasileiras estavam submetidas ao Estatuto da Mulher Casada, o que era quase uma minoridade legal em relação aos maridos. Tento muitas vezes explicar isso aos orientandos e orientandas, que vêm, muitas vezes, de um engajamento feminista, das políticas ditas identitárias, que ficam buscando elementos de um feminismo que eles vivem agora, nos tempos remotos. É importante a gente entender que o feminismo nasce como movimento de classe média, ele vem a partir dessas discussões que não estão prestando atenção ainda, não existe espaço para pensar determinadas questões relacionadas à

sexualidade de maneira mais ampla, questões sobre raça e etnia. É um tipo de feminismo, é um tipo de discussão, que embora ainda não complete todas as questões, foi muito importante para a sociedade brasileira, foi muito importante para as mudanças no âmbito do comportamento. Não só a Carmem, mas vários modelos que passam a circular com a expansão dos meios de comunicação, com as revistas, com o cinema de [François] Truffaut. Era francês, era branco, era classe média, mas trouxe coisas muito distintas em termos de comportamento.

Com a Therezinha Zerbini é a mesma coisa, falando de uma figura que ela é alijada das produções de memórias do campo da esquerda porque ela pensava diferente, ela tinha outra concepção de Anistia. Então a ação política dela é invisibilizada por ela pensar diferente, sendo que hoje, a gente sabe que a Anistia não foi uma produção só do campo das esquerdas, não seria possível. Naquele momento, a gente tem que lidar, negociar, os momentos históricos muitas vezes nos colocam limites. Ela foi uma figura muito interessante, contraditória, paradoxal. Mas por isso mesmo, talvez tão interessante. Ela se dizia antifeminista e, quando criticada, chamada de burguesa, ela dizia: “*Burguesa não, burguesona!*”. Gente, ela era ótima! E ao mesmo tempo ela foi capaz de arriscar o pescoço para conseguir um terreno para os jovens universitários se reunirem num congresso clandestino. Foi presa, deu apoio a tantas pessoas, acolheu militantes de esquerda feridos em sua casa, fez os filhos servirem de mensageiros para clandestinos escondidos no bairro, fazia os filhos esconderem mensagens no cano da bicicleta para levar. E ao mesmo tempo que ela dizia “*não, eu não sou feminista*”, ela viajava o Brasil inteiro, casada com um homem bem mais velho, ficava hospedada em vários lugares, falava publicamente. O marido morria de ciúmes. Deixou os dois filhos pequenos com o marido e a mãe cuidando e saiu por aí. Eu penso que a gente não pode perder esse elemento da complexidade dos sujeitos históricos e nesses processos autoritários. Às vezes, tem pessoas consideradas ‘reacionárias’ ou que nunca seriam pensadas como pessoas que se interessariam ou se importariam com os direitos civis, políticos e que são capazes de grandes atos de união, de reconstrução, de defesa das liberdades básicas, sendo pessoas conservadoras, sendo pessoas de outra geração, com princípios morais outros e que são capazes de reconhecer determinadas necessidades de alianças e são capazes de se transformar nesse processo. Às vezes, a gente

confunde muito as coisas, tem a tendência a jogar essas pessoas no limbo, no esquecimento. Confiamos muito nos discursos aparentemente super coerentes. Eu brinco muito em sala de aula quando eu digo que um bom exemplo de pessoa coerente ao extremo é o *serial killer*. Que a gente tem que duvidar muito dessa coerência das pessoas que não mudam ou são muito agarradas aos seus princípios. Nós somos humanos, a gente está em interação o tempo inteiro, a gente também muda e nós, como historiadores, não devemos perder essa complexidade do mundo, das pessoas, em nome de nenhum binarismo, de nenhuma militância, de nenhuma política xiita. Que fique bem claro: não estou condenando as políticas ‘identitárias’, os estudos de gênero vêm também daí. Mas eu penso que as pessoas estão perdendo essa capacidade de entendimento sobre as diferentes nuances do comportamento, a gente não é isso ou aquilo, a gente é muitas coisas a depender das circunstâncias, das nossas trajetórias.

Às vezes, a gente confunde muito as coisas, tem a tendência a jogar essas pessoas no limbo, no esquecimento.

Confiamos muito nos discursos aparentemente super coerentes.

Eu brinco muito em sala de aula quando eu digo que um bom exemplo de pessoa coerente ao extremo é o serial killer. Que a gente tem que duvidar muito dessa coerência das pessoas que não mudam ou são muito agarradas aos seus princípios.

Nós somos humanos, a gente está em interação o tempo inteiro, a gente também muda e nós, como historiadores, não devemos perder essa complexidade do mundo, das pessoas, em nome de nenhum binarismo, de nenhuma militância, de nenhuma política xiita.



Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT,
em e-book formato pdf, com 244 páginas
Março de 2021

**Saiba como adquirir o livro
completo no site da SertãoCult**

www.editorasertaocult.com

Editora

**SER
TÃO
CULT**

Série
Território
Científico



Em 2021, 57 anos nos separam do início de um dos períodos mais sombrios da História brasileira. Apesar de mais de meio século ter se passado, nunca a ditadura civil militar esteve tão presente em nossas vidas, com a nova ascensão de uma ideologia política que apela para o extremismo nos moldes fascistas. Parece anacronismo, mas não há termo melhor para definir um grupo político que defende posicionamentos contrários à democracia, aos direitos básicos dos cidadãos, à existência de minorias, segundo o qual deve “se curvar ante a maioria”.

Em nenhum momento se produziu tanto conhecimento sobre a ditadura, felizmente, na maioria dos casos, conhecimento sério, embasado em fatos, em pesquisa, em reflexões coerentes. Em meio ao turbilhão negacionista e anticientífico, o trabalho dos onze entrevistados neste livro se mostra fundamental, pois produzir ciência nos dias atuais é, sim, um ato de resistência. Diante disso, nada melhor do que iniciarmos a série Território Científico com este tema tão atual e tão fundamental, afinal, a História, com agá maiúsculo, mais do que nos ajudar a registrar quem nós somos como povo, nos obriga a lembrar daquilo que preferiríamos esquecer, mas que não podemos, se quisermos preservar nossa humanidade.

Antonio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antonio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

ISBN 978-658742990-8



9 786587 429908